PORTARIA DE INSTAURAÇÃO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

MPRJ nº 2020.000320045

Reclamante: 3º Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva de Defesa da Cidadania da Capital

Reclamados: Município do Rio de Janeiro e Estado do Rio de Janeiro

Ementa: Tutela Coletiva – Cidadania – Adoção de medidas socioassistenciais de enfrentamento à disseminação do COVID-19 – Política Pública de Assistência Social, notadamente no que tange ao atendimento à população em situação de vulnerabilidade – Política Pública de isolamento social adotada pelo Estado e Município do Rio de Janeiro.

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, pela Promotora de Justiça que subscreve o ato, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 127, *caput* e 129, inciso II, todos da Constituição da República, pelo artigo 26, inciso I, da Lei Federal n. 8.625/93, bem como pelo artigo 35, inciso I, da Lei Complementar n. 106/2003, no art. 8º, II Resolução CNMP nº 174 e com fulcro na Resolução GPGJ n. 2.227/2018;

CONSIDERANDO que o Brasil vivencia situação de emergência em saúde pública de importância internacional, como declarado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) decorrente da disseminação do novo Coronavírus – COVID-19, tendo as

três esferas de governo da República adotado medidas restritivas de enfrentamento à pandemia;

CONSIDERANDO que uma das estratégias de contenção do vírus na busca pelo achatamento da curva de contaminação populacional, a fim de retardar seu pico, é o isolamento social horizontal, medida temporária de prevenção ao contágio e enfrentamento à disseminação do vírus, permitindo-se o funcionamento regular apenas dos serviços essenciais especificados no Decreto Estadual nº 47.052/2020;

CONSIDERANDO que o Governo Federal e o Município do Rio de Janeiro também editaram normas próprias de enfrentamento à pandemia, a saber, Lei Federal nº 13.799/2020 e Decreto Municipal nº 47.282/2020, as quais também restringiram a circulação de pessoas nas vias públicas em prol da preservação do direito à saúde e à vida;

CONSIDERANDO que com fundamento no poder de polícia, que autoriza a restrição do direito de propriedade, de liberdades individuais e de direitos de toda a comunidade, a atividade econômica teve significativa redução, o que está provocando o empobrecimento de expressiva parcela da população;

CONSIDERANDO que tanto no Município, como no Estado do Rio de Janeiro, há elevado número de pessoas em situação de vulnerabilidade, notadamente, aquelas que vivem em extrema pobreza, que estão em situação de rua, acolhidas em unidades da assistência social (instituições de longa permanência para idosos, unidades de acolhimento de pessoas com deficiência, unidades de acolhimentos para crianças, equipamentos de pessoas em situação de rua, etc), bem como aqueles que trabalham informalmente, pequenos empreendedores (sem qualquer tipo de registro), entre outros, estes significativamente afetados pelo isolamento imposto, pois certamente não tinham lastro financeiro para subsistir durante longo período de tempo, sem possibilidade de produzir renda;

CONSIDERANDO que a imposição de medidas mais restritivas de distanciamento social, como forma de conter a epidemia, pressupõe a efetiva implementação da política pública de assistência social, destinada aos grupos economicamente mais vulneráveis, aplicando-se a ampla gama de serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social, previstos na Lei do Sistema Único de Assistência Social (SUAS);

CONSIDERANDO a Nota Técnica¹ do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), vinculado ao Ministério da Economia, que relaciona o grau de vulnerabilidade socioespacial da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, apontando a necessidade de se ter uma atenção diferenciada para porções do território mais desprotegidas socialmente e, tendo em conta o papel do SUAS, no contexto da Emergência em Saúde Pública, de proteção da população em situação de vulnerabilidade e risco social, no desenvolvimento de medidas para prevenir e mitigar riscos e agravos sociais decorrentes da disseminação do Covid-19 ;

CONSIDERANDO o teor das Portarias do Ministério da Cidadania nº 337/2020, que traz em seu Anexo a Nota Técnica nº 7/2020, dispondo sobre *“medidas para o enfrentamento da situação emergência de saúde pública decorrente do COVID-19, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS”* e a de nº 54/2020 contendo *“recomendações gerais aos gestores e trabalhadores do SUAS dos Estados, Municípios e do Distrito Federal com o objetivo de garantir a continuidade da oferta de serviços e atividades essenciais da Assistência Social”*, compatibilizando-as com a Lei nº 13.979/2020, no que tange à proteção social, à ampliação do bem-estar e à adoção de medidas para o cuidado integral com a saúde da população mais vulnerável;

CONSIDERANDO que a Resolução CNAS nº 109/09 prevê os Serviços de Proteção Social e a Resolução CNAS nº 12/2013, dispõe sobre os **Serviços**

1 https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=35497&catid=3&Itemid=3

de Proteção Social para Atendimento em Situações de Calamidades ou Emergências, que notadamente em seus artigos 6º e 7º, estabelece as atribuições do Estado e do Município no atual cenário de situação de calamidades ou emergências, bem como o disposto na Portaria MDS nº 90/2013, evidenciado está que tais serviços devem ser implantados no presente momento, visando mitigar os impactos provocados pelas medidas restritivas decorrentes da pandemia e garantir provisões emergenciais necessárias ao atendimento à população mais vulnerável;

CONSIDERANDO, ainda, que **benefícios eventuais** originalmente regulamentados pelo Decreto nº 6.307/2007, foram reforçados pelo disposto no art. 22 da LOAS, e no atual contexto nacional foi autorizada sua utilização pela Portaria nº 58/2020, que traz em seu Anexo I a Nota Técnica 20/2020, estabelecendo parâmetros para regulamentação, gestão e oferta de tais benefícios no contexto de enfrentamento dos impactos ligados à pandemia de COVID-19;

CONSIDERANDO que o Serviço de Proteção Social para Atendimento em Situações de Calamidades ou Emergências e os benefícios eventuais contam com cofinanciamento federal e que a Portaria Conjunta nº 01/2020 de 02 de abril de 2020 – Nota Técnica Conjunta SNAS/SGTF nº 01/2020, corroborada pela Portaria 369 do Ministério da Cidadania preveem o repasse financeiro emergencial de recursos federais, estabelecendo em seu art. 2º, que *“o recurso emergencial tem como finalidade aumentar a capacidade de resposta do SUAS no atendimento às famílias e aos indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social decorrente do COVID-19”*,

CONSIDERANDO que os gestores da política de assistência social dos Municípios e do Estado, fazendo uso de recursos próprios e do cofinanciamento ofertado pelo Governo Federal, deverão adotar medidas para preservar a oferta regular e essencial dos serviços socioassistenciais, quanto à população em situação de vulnerabilidade social, adotando estratégias tanto para assistência à população em situação de vulnerabilidade, tais como: funcionamento de Centros Pops e

hotéis/albergues em horário expandido com oferta de refeições (almoço e jantar); manutenção do funcionamento dos CREAS, em horário regular, com a oferta de todos os serviços que lhe são inerentes, implementação de programas de renda mínima, como estratégias para evitar a disseminação do vírus, como por exemplo: disponibilização de locais para higienização das mãos e banho, criação de equipamentos de acolhimento para pessoas infectadas que vivam em moradias populosas, onde não seja possível o isolamento do enfermo, com cuidadores, em articulação com a rede de saúde; reabertura dos restaurantes populares e cozinhas comunitárias,

CONSIDERANDO que são benefícios eventuais as provisões suplementares e provisórias que integram organicamente as garantias do SUAS, prestadas aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública, que devem ser encaradas, não só como estratégias de contenção à expansão da pandemia do COVID-19, como também medidas de respeito ao princípio fundamental da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III da Consituição Federal) no cenário atual; a implementação de programas de renda mínima, facilitando a compra de alimentos, produtos de higiene e de limpeza pelos usuários do SUAS, já que há notícias de pessoas passando fome no Estado, o auxílio funeral, de modo que as famílias dos obituados possam garantir-lhes um enterro digno, entre outros dispostos na legislação acima mencionada;

CONSIDERANDO que é dever do Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, zelando pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos constitucionalmente assegurados, na forma do artigo 127, caput e 129, II, ambos da Constituição da República;

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público zelar pelo efetivo respeito aos direitos estabelecidos na Lei nº 8742/1993, tendo em mira sempre o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana, preconizado pelo art. 1º, III da Constituição

da República Federativa do Brasil, que norteia todo o ordenamento jurídico brasileiro e busca assegurar direitos e garantir o bem-estar dos cidadãos;

RESOLVE promover a instauração do presente **PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO**, cujo objeto é o acompanhamento e fiscalização da política pública de assistência social.

Ante o exposto, encaminho os autos à Secretaria para a adoção das diligências declinadas a seguir:

1. Registre-se e autue-se a presente Portaria (art. 15 c/c 70, I e 17 da Resolução GPGJ n.º 2.227/2018);
2. Registre-se no Sistema MGP (art. 1º Resolução Conjunta GPGJ/CGMP n.º 02/2010);
3. Fica prejudicada a publicidade conferida às instaurações de portarias de instauração de procedimentos administrativos de que a Resolução GPGJ n.º 2.227/2018 em razão da vigência do Decreto Estadual n.º 46.983/2020 e do Decreto Municipal n.º 47.282/2020;
4. Junte-se aos autos os Ofícios da 3ª PJCID encaminhados por email;
5. Por fim, em atendimento ao disposto no art. 17, § 1º, da Resolução GPGJ n.º 2.227/2018, designo para secretariar o presente procedimento administrativo os servidores lotados neste órgão de execução, que deverá cumprir as diligências abaixo relacionadas.
6. Seja oficiada à Secretaria Municipal de Fazenda:
 - a) para que esclareça se foram acrescentadas despesas para projetos ou atividades na área de assistência social, remanejamentos de destinações,

mediante uso de recursos já previstos no orçamento, cancelamentos de despesas previstas, em respeito ao princípio da especificidade orçamentária, apresentando detalhamento de cada cota de orçamento (para emendas ou mesmo subemendas aglutinadas) com suas classificações institucionais, funcionais e programáticas, (indicando qual órgão e unidade gestora responsável pela despesa), bem como a classificação da natureza da despesa (indicando a categoria econômica, grupo de despesa, modalidade de aplicação e o elemento de despesa) e Fonte de Recursos ordinárias e extraordinárias;

b) se houve adesão ao cofinanciamento previsto na Portaria nº 369/2020 e na Portaria nº 59/2020 e Nota Técnica 20/2020, todas do Ministério da Cidadania;

7. Seja oficiado à Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos para que esclareça:

a) quais medidas tem adotado para conscientização da população que reside no Estado do Rio de Janeiro em relação as medidas necessárias para conter o avanço do Covid-19;

b) se foi elaborado plano de contingenciamento relativo a ações socioassistenciais ou outros planejamentos específicos em relação à pandemia do COVID-19 no âmbito do SUAS;

c) se houve adesão ao cofinanciamento previsto na Portaria nº 369/2020 e na Portaria nº 59/2020 e Nota Técnica 20/2020, todos do Ministério da Cidadania;

d) se há previsão/estruturação para a concessão de benefícios temporários, previstos Decreto nº 6.307/2007, bem como na Portaria 58/2020 do Ministério da Cidadania, tais como programas de renda mínima, fornecimento de alimentação e de higiene para população em situação de extrema vulnerabilidade, auxílio funeral, entre outros;

e) como está organizado/estruturado o funcionamento atual da rede de serviços socioassistenciais durante a pandemia do COVID-19;

f) qual o quantitativo de vagas para o acolhimento provisório de pessoas em situação de vulnerabilidade social ou que residem em moradias populosas sem condições de manter o isolamento em seu domicílio, quando infectadas pelo coronavírus;

8. Oficie-se à Secretaria Estadual de Fazenda do Rio de Janeiro para que esclareça:

a) para que esclareça se foram acrescentadas despesas para projetos ou atividades na área de assistência social, remanejamentos de destinações, mediante uso de recursos já previstos no orçamento, cancelamentos de despesas previstas, em respeito ao princípio da especificidade orçamentária, apresentando detalhamento de cada cota de orçamento (para emendas ou mesmo subemendas aglutinadas) com suas classificações institucionais, funcionais e programáticas, (indicando qual órgão e unidade gestora responsável pela despesa), bem como a classificação da natureza da despesa (indicando a categoria econômica, grupo de despesa, modalidade de aplicação e o elemento de despesa) e Fonte de Recursos ordinárias e extraordinárias;

b) se houve adesão ao cofinanciamento previsto na Portaria nº 369/2020 e na Portaria nº 59/2020 e Nota Técnica 20/2020, todas do Ministério da Cidadania;

c) se o Estado do Rio de Janeiro repassou valores, a qualquer título ou fundo, no âmbito da assistência social, para outros municípios.

9. Seja oficiado à Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social do Rio de Janeiro:

a) quais estratégias vem adotando para o combate à pandemia do COVID-19, especificando planos e ações, presentes e futuras;

b) quais medidas têm adotado para conscientização população que reside no Estado do Rio de Janeiro em relação as medidas necessárias para conter o avanço do Covid-19;

10. Expeça-se, por meio de ofício, e encaminhe-se por e-mail à Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social do Rio de Janeiro a Recomendação 04/2020 expedida em conjunto com a FTCOVID-19/MPRJ, com cópia para o Exmo. Sr. Governador do Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 07 de maio de 2020.

BARBARA SALOMÃO SPIER
Promotora de Justiça